



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

PROCESSO Nº: 2015/2018 – e

ORIGEM: SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL - SEFIPE

ASSUNTO: ESTUDOS ESPECIAIS

EMENTA: 1) **Estudos especiais** levados a efeito pela Sefipe, por força da Decisão nº 6044/17, proferida no Processo nº 11814/14, acerca do alcance da expressão “qualquer medida **de autoridade administrativa**”, que é vista no § 2º do art. 54 da Lei nº 9.784/99. 2) **A Sefipe**, bifurcando a análise da matéria conforme a espécie do processo a ser apreciado pela Corte, defende o seguinte: **a) em processos de fiscalização (auditoria e inspeção): i)** subsume-se à referida expressão a simples autuação desses processos, “quando instaurados com **a finalidade de apurar ilegalidade específica** de ato administrativo”; **ii) se instaurados com fins genéricos**, a medida aludida na lei poderia constituir-se em “qualquer ato formal no curso desses processos, **ainda que por servidor integrante dos Serviços Auxiliares** devidamente credenciado pela e. Corte, com a finalidade de contestar, opor ou questionar a validade de concessão específica feita pela Administração”; **b) em processos de representação e denúncia:** também se subsume àquela expressão (“qualquer medida **de autoridade administrativa**”) a simples autuação desses feitos, haja vista que são instaurados exatamente para a apuração de irregularidades ou ilegalidades



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

específicas denunciadas perante o Tribunal. **3) O Ministério Público endossa** o posicionamento do Corpo Técnico. **Pugna, ainda,** por que seja acompanhado o deslinde do RE nº 817.338/DF, tendo em conta que a Suprema Corte reconheceu a matéria nele tratada como de repercussão geral, e a tese a ser fixada poderia trazer outras balizas sobre o tema. **4) O Voto acolhe os pareceres.**

RELATÓRIO

Cuidam os autos de estudos especiais levados a efeito pela Sefipe, por força da Decisão nº 6044/17, proferida no Processo nº 11814/14, acerca do alcance da expressão “qualquer medida de autoridade administrativa”, que é vista no § 2º do art. 54 da Lei nº 9.784/99.

A Sefipe, bifurcando a análise da matéria conforme a espécie do processo a ser apreciado pela Corte, defende o seguinte:

- **Em processos de fiscalização (auditoria e inspeção):** i) subsume-se à referida expressão a simples autuação desses processos, “quando instaurados com a finalidade de apurar ilegalidade específica de ato administrativo”; ii) se instaurados com fins genéricos, a medida aludida na lei poderia constituir-se em “qualquer ato formal no curso desses processos, ainda que por servidor integrante dos Serviços Auxiliares devidamente credenciado pela e. Corte, com a finalidade de contestar, opor ou questionar a validade de concessão específica feita pela Administração”;
- **Em processos de representação e denúncia:** também se subsume àquela expressão (“qualquer medida de autoridade administrativa”) a simples autuação desses feitos, haja vista que são instaurados exatamente para a apuração de irregularidades ou ilegalidades específicas denunciadas perante o Tribunal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Eis, a propósito, as considerações do Corpo Técnico:

6. *Como se pode observar, a dúvida suscitada se refere ao alcance do termo “autoridade administrativa”, constante do art. 54, § 2º, da Lei nº 9.784/99, que dispõe:*

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

7. *A própria Lei nº 9.784/99, em seu art. 1º, § 2º, inciso II, define “autoridade” como sendo “o servidor ou agente público dotado de poder de decisão”.*

8. *Quanto a esse conceito, Almiro do Couto e Silva (2004, p. 69) assim preleciona:*

Portanto, só ato de quem esteja investido do poder de decidir sobre a anulação do ato administrativo em causa é que impede que se opere a decadência, seja ela a própria autoridade que exarou o ato administrativo, seja autoridade hierarquicamente superior ou a quem tenha sido legalmente atribuída competência para revisar, em função de controle, a legalidade do ato administrativo. Desse modo, opiniões manifestadas em atos preparatórios, como pareceres e informações, não têm o condão de atingir esse resultado, a menos que aprovados por autoridade, no sentido que acabamos de expor. (Grifo nosso)

9. *Corroborando o entendimento supra, a Primeira Seção do STJ, no MS nº 19621 / DF, decidiu que o termo “autoridade administrativa” não deve ser empregado a todo e qualquer agente público, sob o risco de tornar inaplicável a regra geral contida no caput, mas apenas aos agentes públicos competentes para realizar as medidas de impugnação à validade do ato*

10. *Segundo leciona José dos Santos Carvalho Filho¹:*

O poder decisório é aquele que provém da competência atribuída ao agente. Ressalve-se, porém, que até mesmo os agentes de menor hierarquia podem ter poder de decidir a respeito de certas condutas, embora as normas competenciais lhes imponham algumas limitações. Desse modo, não importa muito o nível hierárquico do agente na estrutura do órgão. Se qualquer conduta decorre de poder decisório legítimo no que se refere às relações entre a Administração e os administrados, deverá ela adequar-se às regras da Lei nº 9.784/99. (Grifo nosso)

¹ *Processo Administrativo Federal*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2013, p 45.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

11. Portanto, para os fins a que se destina a Lei nº 9.784/99, entende-se que “autoridade administrativa” é a que exarou o ato administrativo, a autoridade hierarquicamente superior ou aquela a que tenha sido legalmente atribuída competência para revisar, em função de controle, a legalidade do ato administrativo (onde se enquadra, em regra, o Tribunal de Contas, quando na função de controle externo).

12. Essa definição, isoladamente, não resolve a questão objeto do presente estudo, uma vez que é relevante definir em qual momento pode se considerar exercido o direito de anular da autoridade administrativa, previsto no art. 54, § 2º da Lei nº 9.784/99.

13. Em voto proferido no Mandado de Segurança nº 28.953, impetrado contra decisão do Tribunal de Contas da União – TCU, que determinou a anulação de atos de ascensão de servidores do Tribunal Superior do Trabalho, a Exma. Ministra Cármen Lúcia, relatora do feito, concluiu que a instauração de processo por aquela Corte de Contas, efetivamente questionando a validade daqueles atos administrativos, tem o condão de interromper o curso do prazo decadencial. Na oportunidade, acabou-se concluindo pela decadência do direito de anular os atos de ascensão porque transcorridos mais de 5 (cinco) anos entre a data de publicação da Lei nº 9.784/99 (termo inicial da contagem do prazo decadencial no caso atos anteriores à norma – posicionamento do STF, como ocorreu naquele caso) e a data de instauração do processo junto ao TCU.

14. No mesmo voto, a Exma. Ministra afirmou que “o ato administrativo capaz de ensejar a interrupção do prazo decadencial, que, em regra, não se suspende ou interrompe (art. 207 do Código Civil), é aquele que represente verdadeira contestação, oposição ou questionamento sobre a validade do ato em exame” (grifamos).

15. Ressalte-se que o processo mencionado pela nobre julgadora foi instaurado pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal do TCU, conforme se verifica no trecho do voto colacionado a seguir:

Em 28.4.2004, a Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União esclareceu que “obteve a confirmação dos fatos ocorridos, mas não de forma suficiente para confirmar ou afastar a suspeita de irregularidade, pelo que propôs que a peça seja recepcionada como denúncia, para apuração minudente” (fl. 2, apenso 1, grifos nossos). A partir daí foi instaurado o Processo TCU n. 005.385/2004 com o objetivo de aferir a legalidade das ascensões funcionais realizadas pelo Tribunal Superior do Trabalho.

16. Portanto, no entendimento da Suprema Corte, a instauração de processo pelo Tribunal de Contas com a finalidade de apurar eventual ilegalidade é suficiente para impedir a fruição do prazo decadencial, o que se dá em especial nos processos de representação e denúncia.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

17. Ao comentar o § 2º do art. 54 da Lei n. 9.784, José dos Santos Carvalho Filho² afirma:

Há que se levar em conta, porém, que, segundo o art. 54, § 2º, (...) é de se considerar que o direito de anular o ato estará sendo exercido quando a Administração adotar qualquer medida de autoridade administrativa que estampe impugnação à validade do ato. A instauração de processo administrativo com o objetivo de anulação, necessária para assegurar ao titular o direito à ampla defesa e contraditório, por exemplo, configura-se como conduta administrativa que caracteriza exercício do direito pela Administração. Aqui, portanto, não se lhe pode imputar qualquer acusação de inércia quanto à autotutela.

18. No mesmo sentido o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça – STJ, segundo o qual a instauração de processo administrativo dentro do prazo previsto no art. 54 da Lei nº 9.784/99 afasta a decadência, conforme pode ser visto nos julgados a seguir:

AGRAVO INTERNO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL.

PROGRESSÃO POR ESCOLARIDADE. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. EXERCÍCIO DA AUTOTUTELA. INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DENTRO DO PRAZO DECADENCIAL. SÚMULA 83/STJ 1. Não há decadência do direito de a Administração Pública anular ato de progressão de servidora pública municipal, eivado de ilegalidade, quando instaurado, dentro do prazo de cinco anos, o competente processo administrativo. Precedentes.

2. Relembre-se que "(...) a própria Lei nº 9.784/1999 que prevê, em seu art. 54, § 2º, que qualquer medida de autoridade administrativa que impugne a validade de um ato já constitui o exercício do direito de anulá-lo" (EDcl no RMS nº 30576 ED, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, PRIMEIRA TURMA, DJe 09/04/2015).

3. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento deste Tribunal Superior, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 923.383/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 16/06/2017)

² *Processo Administrativo Federal*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2013, p. 273



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 03/STJ. SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. NÃO OCORRÊNCIA. INSTAURAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

1. Não há decadência do direito de a Administração Pública anular ato de progressão de servidora pública, eivado de ilegalidade, quando instaurado, dentro do prazo de cinco anos, o competente processo administrativo.

2. Se configurado o exercício da autotutela pela Administração Pública, i.e. com a instauração do processo administrativo, não há falar em decadência (cf. AgRg no RMS 44.362/MS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 03/02/2015), eis que "(...) a própria Lei nº 9.784/1999 que prevê, em seu art. 54, § 2º, que qualquer medida de autoridade administrativa que impugne a validade de um ato já constitui o exercício do direito de anulá-lo" (EDcl no RMS nº 30576 ED, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, PRIMEIRA TURMA, DJe 09/04/2015).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no RMS 47.966/MS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/06/2016, DJe 23/06/2016)

19. Considerando esses posicionamentos para a análise da questão posta, observa-se que as auditorias e inspeções levadas a cabo por esta Secretaria são realizadas em processos instaurados em atenção à deliberação desta e. Corte, consoante art. 232, § 1º, e art. 233, parágrafo único, do RI-TCDF.

20. Portanto, conforme posicionamento do STF, repetido na doutrina, a instauração desses processos dentro do prazo quinquenal, com a finalidade de apurar determinada ilegalidade de ato administrativo, é suficiente para afastar a decadência.

21. O início desses processos de fiscalização demonstram a intenção da Corte de Contas em combater a prática errônea da Administração, requisito necessário para afastar a aplicação da decadência, conforme doutrina e jurisprudência colacionadas anteriormente, o que se aplica precisamente quando a fiscalização se volta para desnudar os contornos de irregularidade previamente conhecida.

22. No caso de auditorias que possuem objeto genérico, não se pode considerar a data de instauração do processo como a de exercício do direito previsto no § 2º do art. 54 da Lei nº 9.784/99, uma vez que ausente, no caso, questionamento específico, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial. Entretanto, nesses casos, deve-se considerar exercido tal direito no momento exato em que se pratica qualquer ato no curso desse processo com a finalidade de contestar, opor ou questionar a validade de concessão específica feita pela Administração, uma vez que efetivamente atendida a necessidade de "impugnação formal e direta à validade do ato".

23. Mesmo que este ato tenha sido praticado pelo corpo técnico, como a edição de nota de auditoria, por exemplo, e não tenha sido emanado diretamente do Plenário desta e. Casa ou de um Conselheiro, fato é que essa atividade é



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

desempenhada, ainda que de forma indireta, pelo próprio Tribunal de Contas, uma vez que este é o titular dos processos de Auditoria e Inspeção.

24. *Conforme dispõe o art. 1º da Lei Complementar nº 1/94, a realização de auditorias e inspeções é de competência do Tribunal de Contas. Segundo arts. 232 e 233 do RI-TCDF, as auditorias e inspeções são instrumentos de fiscalização utilizados pelo Tribunal.*

25. *Para o desempenho da sua competência, o Tribunal se utiliza de seus servidores para realizar as fiscalizações, conforme art. 238 do RI-TCDF, os quais compõem os “Serviços Auxiliares do Tribunal”, a quem “incumbe a prestação de apoio técnico”, consoante art. 77 da Lei Complementar nº 1/94.*

26. *Assim, os atos praticados pelos servidores do TCDF no curso desses processos de fiscalização não são realizados em nome próprio, mas em nome do Tribunal. Prova dessa afirmação está no fato de que esses servidores, para desempenharem as funções de fiscalização devem ser credenciados pela Presidência do Tribunal (diretamente ou por delegação) – art. 79 da LC 1/94 e art. 239, § 2º, do RI-TCDF, estando limitadas às auditorias e inspeções previamente autorizadas/aprovadas.*

27. *O próprio RI-TCDF, na Seção que cuida “Da Execução das Fiscalizações”, trata a equipe de servidores responsável pela fiscalização e o Tribunal como sinônimos, conforme pode ser visto nos arts. 239 e 240. Enquanto o inciso III do § 2º do art. 239 afirma que é prerrogativa dos servidores incumbidos da fiscalização “requerer, nos termos deste Regimento, aos responsáveis pelos órgãos e entidades objeto de inspeções, auditorias e diligências, as informações e documentos necessários para instrução de processos e relatórios de cujo exame esteja expressamente encarregado por sua chefia imediata”, o art. 240 determina que “a administração do órgão ou entidade sob fiscalização atenderá, prioritariamente, as requisições de cópias de documentos e os pedidos de informação do Tribunal”.*

28. *Os atos praticados no curso dos processos de fiscalização por servidores dos serviços auxiliares, como é o caso do Auditor de Controle Externo, devem ser considerados como praticados pelo próprio Tribunal de Contas, titular desses processos. Esses servidores são meros “longa manus”, designados/credenciados pelo Tribunal para auxiliar no desempenho das competências deste.*

29. *Portanto, no caso de processos de fiscalização (auditoria ou inspeção) com objeto genérico, deve-se considerar exercido o direito previsto no art. 5, § 2º, no exato momento em se pratica qualquer ato formal, no curso desse processo, com a finalidade de contestar, opor ou questionar a validade de concessão específica feita pela Administração, ainda que esse ato tenha sido praticado pelos servidores responsáveis pela realização da fiscalização, uma vez que estes representam o Tribunal de Contas, a quem compete realizar auditorias e inspeções.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

30. *Se assim não o fosse, estaríamos por contrariar a “mens legis”. Para que ocorra a decadência, deve restar caracterizada a inércia do titular de um direito potestativo, disponível ou indisponível (constitutivo positivo ou constitutivo negativo), dentro do prazo previsto em lei. A decadência tem por escopo apenas aquele detentor do direito que não o exerceu, por inércia, dentro do prazo legal.*

31. *Não considerar exercido o “direito de anular” no momento em que o Tribunal de Contas, por meio de seu corpo técnico, questiona ato específico com a finalidade de combater a prática errônea da Administração, é, ao arrepio da lei, penalizar aquele que foi diligente ao instaurar processo de auditoria/inspeção e credenciar servidores para, em seu nome, executar as devidas fiscalizações.*

32. *Segundo José dos Santos Carvalho Filho³, ao analisar o § 2º do art. 54 da Lei nº 9.784/99:*

A situação mencionada na lei é a adoção de qualquer medida da autoridade que indique diligência no sentido de impugnar a validade do ato. Não há necessidade, pois, que a Administração anule de pronto o ato eivado de vício; basta que tome a efetiva iniciativa de fazê-lo. Tal iniciativa já estará apta a demonstrar que a Administração não está inerte e, como já está exercendo o direito no prazo quinquenal fixado na lei, não mais poderá considerar-se a possibilidade de ocorrer a decadência.

33. *O que o § 2º do art. 54 da Lei nº 9.784/99 quer demonstrar é que a situação nela contemplada revela diligência da Administração e exercício de direito, de onde se infere ser incabível a decadência. Considera-se exercício de anular “qualquer medida administrativa que busque vulnerar a validade do ato”⁴.*

Diante desse quadro, o Corpo Técnico sugere à Corte:

I. *tomar conhecimento dos estudos especiais em apreço, considerando cumprida a alínea “c” do item VIII da Decisão nº 6044/2017;*

II. *considerar exercido por esta e. Corte o direito de anular, previsto no § 2º do art. 54 da Lei nº 9.784/99, nos casos de processos de fiscalização (auditoria e inspeção) a cargo da SEFIPE:*

a) a data de instauração desses processos, quando instaurados com a finalidade de apurar ilegalidade específica de ato administrativo;

b) o momento exato em que se pratica qualquer ato formal no curso desses processos, ainda que por servidor integrante dos Serviços Auxiliares devidamente credenciado pela e. Corte, com a finalidade de contestar, opor

³ *Processo Administrativo Federal*. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2013, p 277

⁴ *Comentários à Lei Federal de Processo Administrativo (Lei nº 9.784/99)*. Coordenação Lúcia Valle Figueiredo. 2ª edição. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pág. 229.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

ou questionar a validade de concessão específica feita pela Administração, no caso de fiscalizações que possuem objeto genérico; e

III. autorizar o arquivamento do presente feito.

O Ministério Público endossa o posicionamento do Corpo Técnico. Pugna, ainda, por que seja acompanhado o deslinde do RE nº 817.338/DF, tendo em conta que a Suprema Corte reconheceu a matéria nele tratada como de repercussão geral, e a tese a ser fixada poderia trazer outras balizas sobre o tema. São palavras do Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima:

*6. **Ab initio**, impende anotar que a **questão** ora em debate se circunscreve ao alcance da norma disposta no § 2º do art. 54 da Lei nº 9.784/1999, aplicável ao Distrito Federal pela Lei distrital nº 2.834/2001, mormente face às atividades desempenhadas pelo Corpo Técnico deste e. **Tribunal** nos processos de fiscalização.*

*7. Ainda, registro que, em que pese este **Parquet** de Contas possuir entendimento **congruente** ao externado pela Unidade Técnica, dada a importância do tema debatido, entendo relevante tecer comentários adicionais sobre a matéria.*

(...)

*9. Desde já, entendo oportuno rememorar que cabe ao Poder Público, guardião da ordem jurídica, sempre primar por observar o **princípio da legalidade estrita**, expressamente disposto no **caput** do artigo 37 da Carta Magna, **in litteris**:*

*“Art. 37. A **administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)**” (Grifos acrescidos).*

*10. Essa também é a orientação do ensinamento deixado pelo Prof. **Hely Lopes Meirelles** ao considerar que “a legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso”. É dizer, a atividade administrativa deve ser exercida em conformidade com os princípios constitucionais orientadores, dentre os quais, o da legalidade, que exige o cumprimento efetivo das normas públicas, somente tendo eficácia tal atividade se atender à Lei e ao Direito.*

11. A discussão, como visto, envolve a interpretação a ser dada ao disposto no art. 54, § 2º, da Lei nº 9.784/1999, que assim estabelece:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

*Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários **decai** em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.*

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

*§ 2º **Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.***

12. Nessa esteira de inteligência, a despeito da celeuma envolvendo as possíveis interpretações da expressão “autoridade administrativa” do artigo supratranscrito, cumpre trazer à baila o que dispõe o art. 1º, § 2º, inciso II, da citada norma, **in verbis**:

“Art. 1º Esta Lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

(...)

§ 2º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

III - autoridade - o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.”

13. O conteúdo dos dispositivos acima estabelece que se considera como exercício do direito de anular qualquer medida de **servidor ou agente público dotado de poder de decisão** que importe **impugnação à validade do ato**.

14. Muito embora existam **conceitos vagos, fluidos ou indeterminados** no ordenamento jurídico, os quais podem conferir ao Administrador Público **certa margem de discricionariedade**, ainda assim deve o aplicador da norma buscar sempre a **interpretação mais consentânea com o interesse público específico**, finalidade de todo e qualquer ato administrativo.

15. No entanto, diante da **expressa dicção da norma** quanto ao conceito de autoridade, resta esclarecer o que vem a ser **poder de decisão no processo administrativo**. Antecipo que o entendimento deste **Parquet** é no sentido de reconhecer que se trata da **competência para a jurisdição sobre determinado assunto em um processo administrativo específico**.

16. Corrobora essa tese a definição do termo “decisão” trazida pelo Prof. **José dos Santos Carvalho Filho**, para quem “a decisão proferida no processo é formalizada por ato administrativo, cujo fim é dar ao processo a solução mais adequada ao que nele se discute”.

17. Especificamente sobre o dispositivo **sub examine**, assim revela o autor o significado e a intenção da norma, **in verbis**:

*“A situação mencionada na lei é a adoção de qualquer medida de autoridade que indique diligência no sentido de impugnar a validade do ato. **Não há***



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

necessidade, pois, que a Administração anule de pronto o ato eivado de vício; basta que tome a efetiva iniciativa de fazê-lo. Tal iniciativa já estará apta a demonstrar que a Administração não está inerte e, como já está exercendo o direito no prazo quinquenal fixado na lei, não mais poderá considerar-se a possibilidade de ocorrer a decadência.” (Grifos acrescidos).

18. *Cumpra registrar que, mais recentemente, o c. STF, no julgamento do RE nº 817.338/DF, entendeu que a matéria é dotada de repercussão geral, consoante a ementa abaixo transcrita:*

“Direito Constitucional e Administrativo. Segurança concedida para declarar a decadência de ato da Administração por meio do qual se anulou portaria anistiadora. Análise quanto à existência ou não de frontal violação do art. 8º do ADCT. Julgamento de tese sobre a possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada a violação direta do texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei nº 9.784/99. Matéria dotada de repercussão econômica e jurídica. Questões suscetíveis de repetição em inúmeros processos. Repercussão geral reconhecida.”
(RE 817.338 RG/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 8/10/2015).

19. *O apelo extraordinário foi interposto em face de v. Acórdão prolatado pelo c. STJ em que, ao conceder a ordem requerida em Mandado de Segurança, assentou o seguinte:*

Mandado de segurança. Revisão de anistia concedida com base na Portaria 1.104- GMS/1964. Decadência do ato de anulação. Notas e pareceres da AGU que não se prestam à caracterização de medida impugnativa, nos termos do § 2º do art. 54 da Lei 9.784/99. Matéria examinável na via mandamental. Afronta ao arts. 8º da CF/88. Violação reflexa. Precedentes do STF. Segurança concedida.

1. O poder-dever de a Administração rever seus próprios atos, mesmo quando eivados de ilegalidade, encontra-se sujeito ao prazo decadencial de cinco anos, ressalvada a comprovação de má-fé por parte do anistiado político, nos termos do previsto no art. 54, caput, da Lei 9.784/99 c.c. 37, 21 5º, da Constituição da República, ou a existência de flagrante inconstitucionalidade.

2. Nos termos do art. 54, § 2º, da Lei 9.784/99, “Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato”.

3. O conceito de “autoridade administrativa”, a que alude o § 2º do art. 54 da Lei de Processo Administrativo, não pode ser estendido a todo e qualquer agente público, sob pena de tornar inaplicável a regra geral contida no caput, em favor da decadência.

4. Devem ser consideradas como “exercício do direito de anular” o ato administrativo apenas as medidas concretas de “impugnação à validade do ato”, tomadas pelo Ministro de Estado da Justiça – autoridade que, assessorada pela comissão de anistia, tem competência exclusiva para



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

decidir as questões relacionadas à concessão ou revogação das anistia política, nos termos do art. 1º, § 2º, iii, da Lei 9.784/99 c/c 10 e 12, caput, da Lei 10.559/02.

5. As Notas AGU/JD-10/2003 e AGU/JD-1/2006 não se enquadram na definição de “medida de autoridade administrativa” no sentido sob exame, haja vista sua natureza de pareceres jurídicos, de caráter facultativo, formulados pelos órgãos consultivos, com trâmites internos, genéricos, os quais não se dirigem, especificamente, a quaisquer dos anistiados sob o pálio da Súmula Administrativa nº 2002.07.0003 da Comissão de Anistia.

6. Não incide a ressalva inscrita na parte final do caput do art. 54 da 9.784/99, pois não se fala, em momento algum, na ocorrência de má-fé, vício que não pode ser presumido.

7. Hipótese em que a anulação da anistia foi promovida quando já ultrapassado o prazo decadencial de cinco anos, restando consumada a decadência administrativa, nos termos do caput do art. 54 da Lei 9.784/99.

8. A Portaria Interministerial MJ/AGU 134, de 15/2/11, que instaurou procedimento de revisão das anistia, mesmo se considerada hábil a afastar a decadência, não tem o condão de reabrir o prazo decadencial já finalizado.

9. A questão sub judice, dirimida pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial MJ/AGU 134/11, não se vincula a eventual inconstitucionalidade da Súmula Administrativa 2002.07.0003 da Comissão de Anistia, uma vez que a definição de ato de exceção exclusivamente político, previsto no art. 8º, caput, do ADCT, foi deixado a cargo da legislação infraconstitucional, qual seja, da Lei 10.559/02.

10. Eventual equívoco da Comissão de Anistia ao editar a Súmula Administrativa 2002.07.0003 importaria em mera ofensa indireta à Constituição Federal, o que não desafia exame de (in)constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal e, muito menos, por esta Corte. Precedentes do STF.

11. Precedentes: MS 18.728/DF, 18.606/DF, 18.682/DF e 18.590/DF [...].

12. Hipótese em que, quando da publicação da Portaria/MJ 1.960, em 6/9/12), ou, ainda, da Portaria Interministerial/MJ/AGU 134, de 15/2/11, há havia transcorrido o prazo decadencial, uma vez que a Portaria/MJ 2.340, que concedeu a anistia, é de 9.12.03.

13. Segurança concedida para declarar a decadência do ato que anulou a portaria anistiadora. Custas ex lege. Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos da Súmula 105/STJ. Agravo regimental do impetrante prejudicado.”

*20. Portanto, vê-se que a questão ainda é bastante controvertida no âmbito dos cc. **Tribunais Superiores** pátrios. Nesse sentido, é de grande relevância que seja feito o devido acompanhamento por este e. **Tribunal** do julgamento do RE nº 817.338/DF, mormente face à repercussão geral dada à matéria pelo c. **Excelso Pretório**.*

*21. Em outras oportunidades, quando enfrentada pelo c. **STF**, a e. **Corte** já concluiu que a instauração de processo, **efetivamente questionando a validade de atos administrativos**, tem o condão de “interromper” o curso do prazo*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

decadencial estabelecido no art. 54, § 2º, da Lei nº 9.784/1999. A propósito, a ementa do v. Acórdão:

“MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ANULAÇÃO DE ASCENSÕES FUNCIONAIS CONCEDIDAS AOS SERVIDORES DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ANULAÇÃO INICIADO MAIS DE 5 ANOS APÓS A VIGÊNCIA DA LEI 9.784/1999. DECADÊNCIA DO DIREITO DE ANULAR OS ATOS DE ASCENSÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA.”
(MS 28.953, Primeira Turma, Rel.ª Min.ª Cármen Lúcia, DJe de 28/3/2012).

22. A propósito, transcrevo o seguinte excerto do voto da em. Ministra:

*“8. O ato administrativo capaz de ensejar a **interrupção do prazo decadencial**, que, em regra, não se suspende ou interrompe (art. 207 do Código Civil), é aquele que **“importe impugnação à validade do ato”**. Ou seja, é aquele que represente verdadeira contestação, oposição ou questionamento sobre a validade do ato em exame.*

(...)

*Os atos que precederam a instauração do processo limitaram-se a apurar a existência dos fatos narrados na denúncia, cuja legalidade seria objeto de análise e julgamento naquele processo. Assim, apenas a **instauração do processo pelo Tribunal de Contas da União teve o condão de interromper o curso do prazo decadencial**.*

Ao comentar o § 2º do art. 54 da Lei n. 9.784, José Santos Carvalho Filho assinala:

*“Há que se levar em conta, porém, que, segundo o art. 54, § 2º, (...) é de se considerar que o direito de anular o ato estará sendo exercido quando a Administração adotar qualquer medida de autoridade administrativa que estampe impugnação à validade do ato. A **instauração de processo administrativo com o objetivo de anulação, necessária para assegurar ao titular o direito à ampla defesa e contraditório, por exemplo, configura-se como conduta administrativa que caracteriza exercício do direito pela Administração**. Aqui, portanto, não se lhe pode imputar qualquer acusação de inércia quanto à autotutela” (Processo Administrativo Federal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 271-273, grifos nossos).*”

23. Assim, ao abrigo do julgado acima, a instauração de processo administrativo visando à “contestação, oposição ou questionamento sobre a validade do ato” em discussão é, indubitavelmente, um ato que importa impugnação, sendo, portanto, marco “interruptivo”.

24. Neste ponto, o entendimento Ministerial **converge** com aquele trazido pelo Corpo Técnico no sentido de que se considera exercido pelo c. **TCDF** o direito de anular, previsto no § 2º do art. 54 da Lei nº 9.784/1999, nos casos de processos de fiscalização (auditoria e inspeção) a cargo da SEFIPE, na data de instauração



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

desses processos, quando o forem com a finalidade de apurar ilegalidade específica de ato administrativo.

25. Por óbvio, nem todas as fiscalizações devem, necessariamente, obter resultados que impliquem em um questionamento à validade de atos; ao contrário, podem, inclusive, verificar a regularidade de determinados atos.

*26. Nesse sentido, parece-me **adequada** a ideia de que, apenas quando forem constatados indícios de ilegalidades ou irregularidades suficientes a macular a validade do ato, é que a **data da instauração** do respectivo processo de fiscalização, **para apurar tais irregularidades**, deve ser reconhecida como **marco do exercício do direito de anular** previsto no § 2º do art. 54 da Lei nº 9.784/1999.*

27. Sem embargo, entendimento diverso deve ser dado aos casos de fiscalizações que possuem objeto genérico, mesmo que autorizadas previamente pela autoridade competente.

*28. Nessas hipóteses, a mera data de instauração do processo não parece ter o condão de “interromper” a fluência do prazo decadencial, pois sequer há conhecimento da irregularidade ou ilegalidade cometida, inexistindo, portanto, a “impugnação à validade do ato” exigida pelo art. 54, **in fine**, da Lei nº 9.784/1999.*

*29. Na mesma linha, aos olhos do **MPC/DF**, também parece acertada a interpretação dada pelo Corpo Instrutivo quanto à **competência deste e. Tribunal** para os atos de fiscalização de sua alçada, devendo ser entendidas as **auditorias** e as **inspeções** (ou outros instrumentos de fiscalização) como **atos de desconcentração aos órgãos que auxiliam o c. TCDF no exercício do seu mister constitucional**.*

*30. Sobre esse ponto, cumpre anotar o que dispõe a Lei Orgânica do DF (reproduzido no art. 1º da LO/TCDF), **in verbis**:*

*“Art. 78. O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:
(...)*

V - realizar, por iniciativa própria, da Câmara Legislativa ou de alguma de suas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal:

a) da estimativa, lançamento, arrecadação, recolhimento, parcelamento e renúncia de receitas;

b) dos incentivos, transações, remissões e anistias fiscais, isenções, subsídios, benefícios e afins, de natureza financeira, tributária, creditícia e outras concedidas pelo Distrito Federal;

c) das despesas de investimento e custeio, inclusive á conta de fundo especial, de natureza contábil ou financeira;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

d) das concessões, cessões, doações, permissões e contratos de qualquer natureza, a título oneroso ou gratuito, e das subvenções sociais ou econômicas, dos auxílios, contribuições e doações.

e) de outros atos e procedimentos de que resultem variações patrimoniais;

(...)

Art. 84. É da competência exclusiva do Tribunal de Contas do Distrito Federal:

(...)

II - organizar seus serviços auxiliares e prover os respectivos cargos, ocupados aqueles em comissão preferencialmente por servidores de carreira do próprio tribunal, nos casos e condições que deverão ser previstos em sua lei de organização;

(...)

Art. 86. Lei complementar do Distrito Federal disporá sobre a organização e funcionamento do Tribunal de Contas, podendo dividi-lo em câmaras e criar delegações ou órgãos destinados a auxiliá-lo no exercício de suas funções e na descentralização dos seus trabalhos.” (Grifos acrescidos).

31. Com efeito, o Título II, Capítulo II, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do DF (Lei Complementar nº 1/1994), o qual dispõe sobre a “Fiscalização a Cargo do Tribunal”, **utiliza apenas do termo “Tribunal”** quando fala em tal competência, a qual engloba a apreciação das contas prestadas anualmente pelo Exmo. Governador do DF, a fiscalização exercida por iniciativa da Câmara Legislativa do DF, a apreciação de atos sujeitos a registro ou reexame e a **fiscalização de atos e contratos.**

32. Ainda, o mesmo diploma legal define em seu art. 77 e ss. que **“aos serviços auxiliares incumbe a prestação de apoio técnico e a execução dos serviços administrativos do Tribunal de Contas”** (grifos acrescidos).

33. Nesse contexto, importante salientar que os arts. 232 e 233 do RI/TCDF estabelecem como sendo instrumentos de fiscalização de competência da c. **Corte de Contas** a realização de inspeção e auditoria, que, por **desconcentração**, são promovidas pelos “servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal”, a teor do art. 238 do citado Regimento.

34. A propósito, eis o texto dos principais dispositivos retrocitados, **in litteris**:

“Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete:

(...)

V – realizar, por iniciativa própria, da Câmara Legislativa ou de alguma de suas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público e administração indireta:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

(...)

§ 1º No julgamento de contas e na fiscalização que lhe compete, o Tribunal decidirá sobre a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas.

(...)

§ 3º O Tribunal de Contas agirá de ofício ou mediante iniciativa da Câmara Legislativa, do Ministério Público ou das autoridades financeiras e orçamentárias do Distrito Federal ou dos demais órgãos auxiliares, sempre que houver indício de irregularidade em qualquer despesa, inclusive naquela decorrente de contrato.

(...)

Art. 4º É da competência exclusiva do Tribunal de Contas do Distrito Federal:

(...)

IV – organizar seus serviços auxiliares e prover os respectivos cargos, ocupados aqueles em comissão preferencialmente por servidores de carreira do próprio Tribunal, nos casos e condições que deverão ser previstos em lei;(...)"

(Grifos acrescidos).

35. No âmbito desta c. **Corte de Contas**, assim disciplina o seu Regimento Interno (Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016) a matéria:

“Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, compete:

(...)

IX - fiscalizar as aplicações do Poder Público em empresas de cujo capital social o Distrito Federal participe de forma direta ou indireta, nos termos dos respectivos atos constitutivos;

X - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal ou pelo Distrito Federal, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, inclusive os fundos constitucionais;

XI - acompanhar, fiscalizar e avaliar os processos de desestatização realizados pela administração pública distrital, compreendendo as privatizações de empresas, incluindo instituições financeiras;

(...)

XIII - fiscalizar o cumprimento das normas previstas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

(...)

XXII - realizar fiscalizações de projetos ou programas financiados por organismos multilaterais e bilaterais de crédito, na qualidade de órgão de auditoria independente, nos termos e prazos previstos nos respectivos contratos de operação de crédito.

§ 1º No julgamento de contas e na fiscalização que lhe compete, o Tribunal decidirá sobre a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

subvenções e renúncia de receitas, observados os demais princípios administrativos.

(...)

§ 3º O Tribunal fiscalizará o cumprimento de metas de resultado fiscal e a obediência a limites e condições de renúncia de receitas; geração de despesas com pessoal e da seguridade social; dívidas consolidada e mobiliária; operação de crédito, inclusive por antecipação da receita; concessão de garantias; inscrição em Restos a Pagar; e destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, bem assim a prática de outros atos ou procedimentos relacionados com a responsabilidade na gestão fiscal de que trata a Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

(...)

Art. 232. Auditoria é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para:

I - examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos a sua jurisdição, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial;

II - avaliar o desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionados, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia;

III - subsidiar a apreciação dos atos sujeitos a registro.

(...)

Art. 233. Inspeção é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para:

I - verificar o cumprimento de suas deliberações;

II - obter dados ou informações preliminares sobre a procedência de fatos relacionados a denúncias ou representações;

III - suprir omissões e lacunas ou esclarecer dúvidas acerca de dados ou informações constantes de documentos.

Parágrafo único. As inspeções serão autorizadas ou determinadas pelo Tribunal, Presidente ou relator.

(...)

Art. 238. As fiscalizações serão realizadas por servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal, podendo, excepcionalmente e subsidiariamente, contar com assessoramento ou prestação de consultoria por empresas ou profissionais especializados, mediante contrato, sob a coordenação dos referidos servidores, com supervisão da Presidência ou do relator."

*36. Desse modo, dos normativos supratranscritos, verifica-se que, de fato, o titular da competência é, indubitavelmente, o e. **TCDF**, o qual, por meio de **desconcentração administrativa**, autoriza que os Serviços Auxiliares do e. **Tribunal** possam executar as atividades de auditoria, inspeção e outros instrumentos de fiscalização de que dispõe a e. **Corte de Contas** para o exercício de seu mister constitucional.*

*37. Nessa toada, no entender do **Parquet** especializado, considerando que o c. **Plenário e os ee. Conselheiros**, a toda evidência, detêm o **poder decisório** sobre os atos de fiscalização de sua alçada, não há óbice para que o e. **Plenário** fixe*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

entendimento no sentido de que as auditorias, as inspeções e os demais instrumentos de fiscalização são medidas emanadas de autoridade administrativa que podem impugnar a validade de um determinado ato, portanto, em consonância com o conceito disposto no art. 1º, § 2º, inciso II, bem como preenchendo os requisitos exigidos pelo § 2º do art. 54, ambos da Lei nº 9.784/1999.

38. Essa constatação credencia a sugestão contida no item II.b da Informação do Corpo Técnico (e-DOC DE646799-e), razão pela qual este Órgão Ministerial converge com a proposição emanada da Secretaria de Fiscalização de Pessoal.

39. Ante o exposto, este MPC/DF converge com as conclusões alvitadas pela Divisão de Acompanhamento e, desse modo, sugere ao e. Plenário que acate as sugestões contidas em sua Informação (e-DOC DE646799-e), com o adendo contido no parágrafo 20 deste Operativo.

É o Relatório.

VOTO

Com efeito, o assunto tratado no RE nº 817.338/DF – razão de ser do adendo feito pelo *Parquet* – é apenas uma faceta do que fora requerido nos estudos.

Nestes autos, busca-se definir o alcance da expressão “qualquer medida de autoridade administrativa” com vistas a **interromper** a decadência; ao passo que, no referido RE, se discute hipótese de **não incidência** (afastamento) da decadência⁵.

Todavia, dada a relevância da matéria tratada no Supremo Tribunal, entendo que se possa acolher o adendo ministerial.

Relativamente aos estudos propriamente ditos, parece-me que andaram bem a Sefipe e o Ministério Público, porquanto ancoraram-se em decisões emanadas dos Tribunais Superiores.

⁵ Discute-se “tese sobre a possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada a violação direta do texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei nº 9.784/99”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Diga-se, ainda, que a posição ora adotada não afronta o entendimento do TCU extraído do Processo 003.353/2002-0⁶ (cf. Acórdão Plenário nº 3649, exarado na Sessão Extraordinária de 10.12.13), visto que ali não se tratava de processo de denúncia, representação, inspeção ou auditoria, mas, sim, de processo administrativo.

Em síntese, pode-se concluir que a interrupção da decadência em matéria afeta ao Controle Externo, **nos casos de processos de representação, denúncia, inspeção e auditoria**, obedece à especificidade desses processos - aqueles dois primeiros autuados para a apuração de fatos/irregularidades específicos; estes dois últimos considerados como “longa manus” do Tribunal.

Pelo exposto, VOTO por que o Plenário:

I – tome conhecimento dos estudos especiais elaborados pela Sefipe, considerando cumprida a alínea “c” do item VIII da Decisão nº 6044/17, proferida no Processo nº 11814/14;

II – delibere, relativamente ao alcance do § 2º do art. 54 da Lei nº 9.784/99, da seguinte maneira:

1) Em se tratando de processos de fiscalização (auditoria e inspeção):

a) a simples autuação desses processos é suficiente para interromper a decadência, “quando instaurados com a finalidade de apurar ilegalidade específica de ato administrativo”;

b) se instaurados com fins genéricos, qualquer ato formal no curso desses processos, ainda que por servidor integrante dos

⁶ Sumário do voto condutor do acórdão: “Administrativo. Recurso ao Plenário contra decisão do presidente do TCU. Reconhecimento de tempo exercido sob o regime militar para fins de licença especial. Necessária compatibilização com as regras previstas no estatuto dos servidores civis. Limite temporal decorrente das regras insculpidas na Lei 8.112/1990. Decadência do direito de anular o ato inicial. Provimento ao recurso. Ciência.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Serviços Auxiliares devidamente credenciado pela e. Corte, com a finalidade de contestar, opor ou questionar a validade de concessão específica feita pela Administração, também é suficiente para interromper a decadência;

2) Em se tratando de processos de representação e denúncia, a simples autuação desses processos configura, igualmente, medida de autoridade administrativa apta a interromper a decadência, haja vista que tais processos são instaurados exatamente para a apuração de irregularidades ou ilegalidades específicas denunciadas perante o Tribunal;

III – determine à Sefipe que acompanhe o deslinde de RE 817.338/DF, dando conhecimento dele ao Tribunal;

IV - autorize o arquivamento deste feito.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 2018.

PAULO TADEU
Conselheiro-Relator